

A ATUAÇÃO DO GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA “TRABALHO, GÊNERO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR” NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO¹

Elza Maria Campos

RESUMO

Este artigo produzido pelo Grupo de Estudos Trabalho, Gênero, e Violência Doméstica e Familiar vinculado ao Curso de Serviço Social da Instituição de Ensino – UNIBRASIL é resultado da vivência de dois anos do referido grupo e demonstra como as categorias trabalho, gênero e violência doméstica e familiar vêm sendo tratadas, bem como, relata as ações até então realizadas, tanto na efetivação de atividade no Centro de Referência de Atenção à Mulher em Situação de Violência de Curitiba e Região Metropolitana como atuação do Grupo na comunidade em geral. Argumenta que o envolvimento da academia, das organizações em rede e o trabalho com a comunidade estarão construindo possibilidades de enfrentamento da violência contra a mulher e na aplicação da Lei 11340/06. O Projeto de estudo e pesquisa constitui, assim, um desafio aos vários campos de formação, ampliando as competências de articulação de saberes no combate à violência de gênero.

Palavras-chave: Trabalho, Gênero e violência doméstica e familiar.

ABSTRACT

This article results from a 2-year work of the Study Group on Labour, Gender and Domestic/Familiar Violence, a group related to the Social Service Course at UNIBRASIL. The article intends to demonstrate relationships among the categories Labour, Gender and Domestic Violence, and it also reports some efforts accomplished at the Reference Center for Violence-victimized Women in the city of Curitiba. It is claimed that the involvement of academic institutions and network organizations, as long as the work within the community, are building possibilities to confront the violence against women and to apply the Law 11340/06. The Project of study and research is a challenge to several fields of knowledge and tries to promote interdisciplinarity in order to defeat gender violence.

Biografia

Assistente Social, Mestre em Educação, professora e coordenadora do Grupo de Pesquisa Trabalho, Gênero e Violência Doméstica e Familiar da UNIBRASIL.
elzacampos@unibrasil.com.br

¹ Este artigo foi elaborado por Elza Maria Campos e teve como colaboradoras a Assistente Social Marlene Petruy Biss e as/os acadêmicos/as: Andréia Renata Vieira, Douglas Margas Cima, Glacielli Thaiz Souza de Oliveira, Kátia Carline Rodeski Schmeing, Marcela Nadine Benatto, Glaucielli Souza e Viviane Pereira da Silva.

Introdução

O presente trabalho é resultado de dois anos de vivência do grupo de estudo e pesquisa Trabalho, Gênero e Violência Doméstica e Familiar, vinculado ao Curso de Serviço da Unibrasil. Ele se insere na linha de pesquisa Trabalho, Movimentos Sociais e Serviço Social e pretende dar visibilidade às ações efetivadas pelo referido grupo.

Por ocasião da implantação do grupo de pesquisa, a intenção no primeiro ano foi o desenvolvimento de estudos sobre a categoria “trabalho”, compreendendo sua centralidade na constituição do ser social e sua estreita relação com a categoria gênero. Ao mesmo tempo, ocorria a emergência e efetivação de políticas públicas para prevenir e proteger mulheres contra a violência doméstica e familiar. Já em seu segundo ano de funcionamento, houve uma articulação do grupo com o Centro de Referência de Atenção à Mulher em Situação de Violência. Essa parceria constituiu-se um prolongamento da cooperação que já se vinha desenvolvendo junto ao Centro e que resultou no reconhecimento público desse espaço através de um projeto realizado pelo Conselho Estadual da Mulher do Paraná e apresentado à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.²

O presente artigo inicialmente faz uma análise da categoria trabalho tendo como compreensão sua centralidade na constituição do ser social; a seguir, trabalha a categoria gênero em relação à violência doméstica e familiar. Relatamos resultados do trabalho do grupo e, finalmente, apresentamos algumas considerações e a bibliografia.

1. A centralidade da categoria trabalho

Na visão clássica de Marx, o trabalho é a categoria fundante da sociabilidade humana. É a partir do trabalho, em sua cotidianidade, que o homem se torna ser social, distinguindo-se dos animais. É essa diferenciação que institui, por assim dizer, a ontologia do ser social. Ou seja, para Marx, o trabalho “é um processo de que participa o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza (...). Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza”. (s/d--, p. 202).

Com efeito, Marx entende o trabalho como o fundamento da vida humana, como condição da própria existência do homem. O homem existe e se faz à medida que produz sua existência, quer dizer, à medida que se constrói, constrói o mundo e faz história pela via do trabalho.

O trabalho é condição natural eterna da existência humana. O processo de trabalho não é outra coisa senão o próprio trabalho, visto no momento de sua atividade criadora. Os momentos gerais do processo de trabalho, por conseguinte, são independentes de todo desenvolvimento social determinado. Os meios e materiais de trabalho, dos quais uma parte é já produto de trabalho precedente, desempenham seu papel em todo processo de trabalho, em qualquer época e sob quaisquer circunstâncias (Idem, p.29).

A premissa que fundamenta o entendimento de Marx é a idéia de que os homens distinguem-se dos animais a partir do momento em que começam a produzir os seus meios de vida, “(...) condicionados pela sua organização física”. (Idem, 1993, p. 23). Nesse sentido, para Kuenzer,

(...) a característica diferenciadora do trabalho humano é conceber a sua ação anteriormente à sua execução, e de avaliá-la a partir de fins determinados. Assim, o trabalho se apresenta como o momento de articulação entre subjetividade e objetivação, entre a consci-

² O Centro de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência de Curitiba e Região Metropolitana foi criado inaugurado em 06 de março de 2006 ocasião em que a coordenadora do projeto de pesquisa Trabalho, Gênero e Violência Doméstica e Familiar enquanto conselheira do Conselho Estadual da Mulher contribuiu na elaboração do referido projeto de implantação do Centro, constituindo-se uma facilidade para a efetivação de ações na área.

ência e o mundo da produção, entre superestrutura e infra-estrutura, compreendidos como os pólos da relação dialética que define o objeto como produto da atividade subjetiva articulada à atividade real, material (1986, p.40).

Assim, o trabalho humano se define pela pré-existência do resultado do trabalho na imaginação do trabalhador: “o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador” (MARX, s/d, p. 202).

Marx caracterizou o trabalho como sendo o relacionamento ativo do homem com a natureza. O homem é capaz de planejar o seu trabalho conforme suas necessidades e de elaborar conscientemente a atividade a ser desempenhada. É na natureza do trabalho, diz Marx, que o homem se manifesta como “ser genérico³” consciente (MARX, 1989, p. 165).

Segundo Jinkings (1995, p. 70), Georg Lukács reabilitou a concepção de trabalho em Marx, “enfatizando o papel ativo da consciência como momento essencialmente separatório entre o animal e o homem, entre o ser de natureza orgânica e o ser social”. Para Luckács,

(...) o homem torna-se um ser social que dá respostas precisamente na medida em que – paralelamente ao desenvolvimento social e em proporção crescente – ele generaliza, transformando em perguntas seus próprios carecimentos e suas possibilidades de satisfazê-los, e quando, em sua resposta ao carecimento que a provoca, funda e enriquece a própria atividade com tais mediações, frequentemente bastante articuladas. De modo que não apenas a resposta, mas também a pergunta é um produto imediato da consciência que guia a atividade; todavia, isso não anula o fato de que o ato de responder é o elemento ontologicamente primário nesse complexo dinâmico. (LUCKACS, apud JINKINGS, 1995, p. 70).

Para Luckács, a consciência é o ato pensado, na medida em que o homem, dando-se conta de suas carências e necessidades, busca a sua satisfação pelo trabalho. Em consequência, transforma-se e também modifica o ambiente ao seu redor, transformando a natureza em cultura, o mundo natural em mundo social. Portanto, “a consciência tem um real poder no plano do ser (...)” (Idem p. 71).

Em cada momento histórico, os homens são, ou melhor, refletem aquilo que produzem e a forma como produzem seus meios de subsistência. Definem, assim, seus estilos de vida, seus valores, hábitos e comportamento.

Através desse entendimento Marx consolida sua concepção materialista da história humana: “O modo como os homens produzem os seus meios de vida depende, em primeiro lugar, da natureza dos próprios meios de vida encontrados e a reproduzir. (...) Como exprimem a sua vida, assim os indivíduos são. Aquilo que eles são coincide, portanto, com a sua produção, com o que produzem e também com o como produzem. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais de sua produção” (MARX e ENGELS, 1993, p. 23).

O início da utilização do trabalho das mulheres pelo capitalista foi facilitado pela introdução da maquinaria que, segundo Marx, permitia o emprego de trabalhadores sem força muscular. À época, as mulheres não eram consideradas como seres capazes do ponto de vista jurídico, ou o eram pouco reconhecidas. O olhar sobre as mulheres é o olhar sobre seres indefesos e incapazes, dos quais o capitalista se aproveita para diminuir os salários dos homens adultos, roubar-lhes o trabalho e aumentar os lucros. Diz Marx: “Antes, o trabalhador vendia o trabalho do qual dispunha formalmente como pessoa livre. Agora vende mulher e filhos. Torna-se traficante de escravos” (MARX, s/d).

Entendemos que este debate e esta problematização evidenciam que as relações de gênero não são produtos de um destino biológico, mas sim de construções sociais e históricas a partir de uma base mate-

³ Antunes, ao citar Marx em Manuscritos Econômicos e Filosóficos, acentua que “Ser genérico, em termos marxianos, deve ser entendido como ser consciente, que vive a efetividade humana omnilateral. Ser que se relaciona consigo mesmo como gênero vivo, universal e livre.” (1997, p. 120).

rial. Como destacou Marx, a questão da mulher é uma questão social e assim deve ser tratada (VALADARES, 1990).

2. Categoria Gênero: uma discussão necessária

Ao longo da história, a sociedade reservou à mulher um “lugar social”, por assim dizer, e a natureza de suas obrigações fundamentais: a reprodução da espécie, os cuidados com a prole e o trabalho doméstico que garanta ao provedor da família – o homem – as condições necessárias para garantir o sustento e a sobrevivência da familiar.

Por força de alterações legais, da cambiante realidade econômica e social, em especial das mudanças nas relações de trabalho, esses papéis sofreram modificações. Com a gradativa inserção da mulher no mundo do trabalho, desencadearam-se mudanças nas relações familiares, tornando-se significativa sua contribuição no sustento da família. Hoje, não raro, a mulher assume, muitas vezes sozinha, o encargo pela educação, cuidado com os filhos e a manutenção da casa.

Buscando entender a natureza dessas mudanças e das relações entre homens e mulheres é que a discussão sobre as de relações de gênero foi introduzida na academia e nos movimentos sociais.

Nos anos 70, particularmente nos Estados Unidos, França e Inglaterra, assistiu-se ao desenvolvimento de uma corrente crítica feminista que, em sua gênese, “tem consolidado um corpo de conhecimentos que tem recolocado e renovado conteúdos, metodologias” (STREY, 1997, p. 99). As discussões levadas a termo por esse movimento de caráter acadêmico e político-social inseriram, no âmbito dos estudos culturais, os primeiros debates sobre relações de gênero. Assim, a mesma autora revela que:

O surgimento da categoria gênero para análise histórica surge no seio do próprio movimento de mulheres e feministas a partir de importantes contribuições de diversos estudiosos... contribuições foram dadas pela arqueologia dos discursos, de Foucault, pela proposta de desconstrução de Derrida, pela historiografia das mentalidades e, até mesmo, pela psicanálise de Lacan. Estes pensadores tiveram ressonância entre estudiosos do tema da mulher e dentro do movimento feminista, propiciando a emergência das pesquisas em torno do gênero, que convergiram com uma nova tendência historiográfica: a história oficial (Idem).

Com efeito, é possível afirmar que “a expansão dos estudos que incorporam a abordagem de gênero e da mulher identifica-se com o quadrante das transformações que a sociedade e a História vem passando nos últimos anos”. (STREY, 1997, p. 79). Percebe-se um crescimento significativo dos estudos acadêmicos sobre a atuação da mulher, em particular no segundo pós-guerra, com destaque para as ciências sociais brasileiras.

Segundo Matos (1997), um conjunto de fatores tem se revelado fundamental para a conquista de novos espaços: “um primeiro fator e não menos importante seria a presença feminina no mercado de trabalho, inclusive universidades, conjugada à expansão e luta pela igualdade de direitos e pela liberdade, numa conquista de espaço público que derivou da afirmação dos movimentos feministas” (p. 79).

Na história do Brasil, desde o período escravagista, já se visualizava, através de textos jornalísticos, alusão à emancipação feminina e necessidade de luta por melhores condições de vida: “Desde o século XIX, sinhás e mulheres da elite publicaram jornais femininos, onde suas reivindicações concentraram-se, sobretudo em dois pontos: a educação e o direito ao voto das mulheres. Destaca-se Bertha Lutz, Eugênia Cobra, pela busca da emancipação feminina, paralelamente à luta das operárias por melhores condições de trabalho” (MATOS, 1997, p.73).

Os estudos das lutas femininas e suas reivindicações ganharam maior destaque em 1975, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) o indicou como o Ano Internacional da Mulher. Essa declaração se fez sentir por os cantos do mundo, muito embora o cenário brasileiro e latino-americano estivessem sob o comando de governos militares autoritários, o que fragilizava o avanço e a consolidação dos movimentos sociais em geral, e dos movimentos feministas e de mulheres, em particular.

Houve uma forte consolidação dos canais de participação da mulher, sobretudo na forma de movi-

mentos por melhores condições de vida que ocuparam o espaço social e político a partir da segunda metade da década de 70 do século XX: lutas por creches, por saúde pública, saneamento básico, por participação política efetiva, por inserção no mundo do trabalho, por igualdade de condições de trabalho, por anistia aos perseguidos políticos, exemplos de temas que permitiram designar o século XX como o século das mulheres.

Já nos anos 80, as análises procuram abordar as múltiplas estratégias e resistências criadas pelas mulheres no seu cotidiano, no que tange tanto à estrutura ocupacional em diferentes espaços do trabalho, da política e da vida social, quanto à inserção no espaço público onde a questão da mulher ganha maior importância.

Enfim, a categoria de gênero ajuda a identificar um território específico, considerando os fatores históricos, culturais e sociais que desencadeiam as desigualdades entre mulheres e homens. Enquanto categoria, procura dialogar com “outras categorias históricas já existentes, mas vulgarmente ainda é usado como sinônimo de mulher, já que seu uso teve acolhida melhor entre os estudiosos do tema” (Idem, p. 73).

Segundo Louro (1996), o termo “gênero” começou a ser utilizado na década de 80 por estudiosas feministas. Nos textos e artigos publicados o termo “mulher” passou a ser substituída por “gênero”, sem dar-se conta de que este termo traz consigo diversas outras implicações. Estes estudos desejavam mostrar que mulher/fêmea e homem/macho são biologicamente identificados, mas que o masculino e feminino são construções sociais e históricas. O termo gênero não desejava se referir à sexualidade ou à identidade biológica, mas à construção social do feminino e masculino e expor que, de uma sociedade para outra, acontecem diversas variações do que se entende por papéis masculinos e femininos. Comportamentos da sociedade em que vivemos considerados masculinos ou femininos em outras culturas podem estar invertidos, pois sua construção social e histórica se deu de maneira diferente. Há uma grande exclusão da mulher ao mostrar o homem como o provedor. A autora demonstra em seu texto as diferenças vividas até hoje na sociedade; assim, é possível ver a descaracterização do homem como só ele sendo o provedor e a mulher lutando por igualdade.

A partir desta premissa, estudiosas (os) do tema desejam descobrir a maneira pela qual a construção destes dois papéis acontece. Em seu texto, Louro (1996) cita Terry Eagleton, analisando as polaridades de masculino e feminino e suas pluralidades, o fato de que as construções de feminino e masculino se dão em pólos opostos, mas que um depende do outro, apesar de diferentes, existindo interdependência entre eles.

Louro ainda pontua que o conceito de gênero foi desenvolvido histórica e culturalmente. Para entendermos esta subjetividade precisamos compreender a formação do “ser social” e do senso comum.

Ao longo de décadas o movimento feminista tem lutado para que ocorra uma igualdade, mas uma igualdade política, de direitos e deveres: “(...) optar pelo conceito de gênero significava uma decisão de ordem epistemológica, implicava opção teórica” (LOURO, 1996, p. 8)

Para entender o conceito de gênero não como apenas outra forma de designação, é preciso elucidar a diferença entre o sexo de um indivíduo e seu gênero. Diz Louro que, diferentemente do sexo, pelo qual o indivíduo, homem ou mulher, se diferencia biologicamente; o gênero se caracteriza pela história, cultura e experiências sociais do indivíduo, sujeito social masculino ou feminino: “(...) agora não se trata mais de focalizar apenas as mulheres como objeto de estudo, mas sim o processo de formação da feminilidade e da masculinidade, ou os sujeitos femininos e masculinos” (Idem, p. 9).

Já “relações de gênero” é uma expressão usada para entender como as relações entre homens e mulheres são construídas na sociedade ao longo da história; e, ainda, como a diferença se transforma em desigualdade vivida no cotidiano, na vida familiar, no trabalho, no sindicato e na política. Sendo assim, o debate sobre a categoria gênero - sobre a história dos movimentos feministas e de mulheres, bem como sobre as interfases conceituais e reais entre trabalho, gênero e violência - é fundamental na discussão e implementação de políticas de enfrentamento da violência, simbólica e/ou física, praticada contra a mulher (SAFFIOTI, 2003).

3. Violência doméstica e familiar – uma aproximação inicial

O movimento de mulheres que emergiu na década de 60 do século passado teve o mérito de introduzir na agenda política questões que estavam antes restritas à esfera, supostamente despolitizada e neutra, da vida privada, trazendo para o debate público temas como a sexualidade e o corpo feminino. Estes temas passaram a ser colocados como centrais na luta das mulheres pelo reconhecimento de sua condição de cidadãs e sujeitos de direitos, capazes de decidir sobre as próprias vidas.

O problema da violência contra a mulher foi durante décadas tratado como consequência natural da relação homem-mulher, decorrente da suposta supremacia masculina. De modo geral, a violência contra a mulher é um dado histórico constatado tanto em períodos de predominância do sistema patriarcal como em sociedade ditas democráticas.

Saffioti (2003) ao tratar da análise da violência nos revela que não é possível olhar um fenômeno de forma isolada; é preciso compreender todo o seu contexto. Portanto, o processo do conhecimento deve se dar em um primeiro momento pela percepção da sua totalidade; em seguida, é necessário fragmentar seus elementos constitutivos a fim de estudá-los, e, por fim, consistentemente reconstituí-los. O olhar desta vez está permeado de conhecimento, possibilitando a aproximação com a realidade.

Esta mesma autora afirma: “O preconceito é perigoso e maléfico, porque investe seu portador do poder de nomear as coisas e as pessoas, não com o conceito, mas com o preconceito. Torna o preconceituoso poderoso, pois nomear, seja com conceito, seja com preconceito, é um ato de poder” (2003, p. 27).

Sua argumentação está direcionada à reflexão sobre o dito popular de que “mulher gosta de apanhar”, que em sua historicidade atravessa as sociedades, tornando mais difícil a análise sociológica das mulheres, pois sabemos o quão é difícil eliminar um pensamento preconceituoso em uma sociedade. Saffioti reflete que este pensamento está diretamente relacionado a questões sexistas, racistas e de classes sociais. Generaliza uma ideia sobre as mulheres e as define como alguém que gosta apanhar.

Em sua historicidade, o preconceito tem sido uma perigosa arma no processo de dominação e exploração, assegurando o poder dos ricos, dos homens e dos brancos, segundo afirmação da autora. Assim, solidifica suas fortes posições e interesses na estrutura social. Mesmo que subjetivas, essas posições são decorrentes do capitalismo, que constrói condições para o fortalecimento da dominação-exploração da burguesia.

A luta dos movimentos feministas e de mulheres, particularmente no século XX, fomentou ações concretas de combate ao comportamento criminoso contra a população feminina e gerou a pressão por políticas públicas como via eficaz de enfrentamento desses problemas, possibilitando o enfrentamento teórico e prático do preconceito e da naturalização da violência.

Nesse sentido, tanto a produção da academia como a luta política dos movimentos feministas e de mulheres na instituição das Delegacias da Mulher foram passos importantes para a atenção às mulheres e a sua defesa. Grande parte dessas Delegacias, entretanto, encontra-se lamentavelmente abandonada pelo poder público, apesar de a violência contra mulheres persistir no cotidiano. Ofensas verbais, ameaças, torturas psicológicas, discriminações sociais, espancamentos, abusos sexuais, estupros, assassinatos, suicídios e indução ao crime são fatos frequentes e que aparecem no noticiário.

Com a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres em 2003 e a realização das Conferências de Políticas para as Mulheres, envolvendo centenas de milhares de participantes de todo o país e resultando na aprovação do I e II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, um novo entendimento se apresenta, a saber, que o enfrentamento da violência contra a mulher deve constituir-se em políticas públicas e que o Estado deve assumir como sua a responsabilidade pela viabilização dessas políticas. Neste sentido, os Centros de Referência, as Casas Abrigos, as Defensorias Públicas, os Juizados Especiais são instrumentos fundamentais para a real efetivação da Lei Maria da Penha.

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Governo Federal, sensibilizada com a histórica atuação de mais de trinta anos do movimento feminista e de mulheres no país, incluiu em seu Plano Nacional de Políticas para as Mulheres o desenvolvimento de políticas públicas para o combate da violência com recorte de gênero. Exemplo disso é a mobilização que a inauguração da Lei Maria da Penha⁴

⁴ O projeto 11340/2006 foi sancionado pelo presidente Lula, dia 7 de agosto de 2006 e recebeu o nome de Lei Maria da Penha, como simbolismo à luta da biofarmacêutica Maria da Penha Maia que lutou durante 20 (vinte) anos para

tem realizado em âmbito nacional para o enfrentamento da violência contra a mulher.

O Plano Nacional destaca: “A violência contra mulheres constitui-se em uma das principais formas de violação dos seus direitos humanos, atingindo-as em seus direitos à vida, à saúde e à integridade física.” (PNPM, 2008).

A Lei resulta na possibilidade de construção de uma verdadeira igualdade de gênero e, ainda, constitui-se em ferramenta crítica para o rompimento com a dogmática jurídica tradicional. Com quase quatro anos de vigência, a Lei já conseguiu, dentre outras coisas, provocar um amplo debate sobre a tragédia da violência doméstica e familiar.

Por fim, a Lei tem o mérito de por em evidência a necessidade da implementação de políticas públicas, de Juizados Especiais, de Centros de Referência e de Casas Abrigo, presente nos dispositivos da lei.

Mas, a Lei sozinha é letra morta e, cada vez mais, cresce o entendimento de que é imprescindível a viabilização de instrumentos concretos para que a mulher possa resgatar sua autonomia e sua auto-estima.

4. Algumas ações do Grupo de Estudo e Pesquisa

Neste período de dois anos de vivência do grupo, considerando o curto espaço de tempo, pode-se afirmar que houve comprometimento de discentes e docentes. A participação de professores no grupo de pesquisa, além da coordenação, foi de vital importância para a troca de vivências e de conhecimento.

A parceria de alunos e professores fortalece o espaço de debate, além de contribuir para a produção de conhecimento das categorias gênero e violência doméstica e familiar. Igualmente, propicia a atuação nas reuniões e ações da Rede de atenção à mulher em situação de violência. Resultado deste trabalho, além da atuação concreta de integrantes do grupo de pesquisa nas reuniões mensais da Rede, foi a produção de dois Trabalhos de Conclusão de Curso e um em fase de conclusão, bem como a participação em Eventos como Congressos, Seminários e Simpósios Nacionais de apresentação dos resultados do trabalho do Grupo.

Recentemente, iniciamos uma ação com o curso de Sistemas de Informação através do projeto de extensão Informática Cidadã, que ofereceu 10 (dez) vagas para as mulheres em situação de violência que se encontravam abrigadas na Casa de Maria. Este projeto oferece à comunidade a possibilidade de inclusão digital, através de cursos de informática de curta duração.

Num sumário de suas atividades, o Grupo realizou até o momento o que se segue.

- Vinte e duas reuniões do grupo de estudo e pesquisa;
- Participação em reuniões da Rede de Atenção à Mulher em Situação de Violência de Curitiba e Região Metropolitana;
- Elaboração de artigos e apresentação em Simpósio Nacional de Ciência e Tecnologia e no Congresso Estadual de Assistentes Sociais, e na Mostra de Projetos Nós Podemos Paraná, recebendo inclusive premiações;
- Supervisão e orientação de dois Trabalhos de Conclusão de Curso, situando a temática de gênero e violência nos municípios de São José dos Pinhais e Pinhais, e um terceiro TCC em fase de conclusão que avaliará a atuação da Rede no enfrentamento à violência doméstica e familiar.
- Atuação de estudante do curso de Serviço Social em campo de estágio no Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência.

Destaca-se que a participação nos encontros, a leitura dos textos, a intervenção oral, a participação em reunião e as visitas em atividades empíricas, capacitam e qualificam o aluno para uma intervenção conseqüente tanto na academia como nos demais espaços de produção e construção de saberes possibilitan-

que seu agressor fosse condenado. Esta lei cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal.

do que a universidade se consolide como instrumento fundamental de uma formação humana livre e solidária.

O grupo de estudo e pesquisa definiu duas linhas de pesquisa: “Autonomia Econômica, Violência e Gênero” e “Gênero, Violência Doméstica e Saúde Pública”⁵.

Entendendo ainda a formação generalista dos profissionais de Serviço Social, e a possibilidade de interlocução com outras áreas do conhecimento e com as práticas e observações aplicadas no Centro de Referência, acreditamos que neste caminho poderão ser estabelecidos novos campos de ação acadêmicas e profissionais.

Considerações Finais

Ao longo da História, a sociedade reservou à mulher um “lugar social”, por assim dizer, e a natureza de suas obrigações fundamentais: a reprodução da espécie, os cuidados com a prole e o trabalho doméstico que garanta ao provedor da família – o homem – as condições necessárias para garantir o sustento e a sobrevivência da familiar.

Por força de alterações legais, da cambiante realidade econômica e social, das lutas empreendidas pelos setores oprimidos e em particular as mulheres e em especial das mudanças nas relações de trabalho, esses papéis sofreram modificações. Com a gradativa inserção da mulher no mundo do trabalho, desencadearam-se mudanças nas relações familiares, tornado-se significativa sua contribuição no sustento da família. Hoje, não raro, a mulher assume, muitas vezes sozinha, o encargo pela educação e cuidado com os filhos, e pela manutenção da casa.

Entendemos que este debate e esta problematização evidenciam que as relações de gênero, não são produtos de um destino biológico, mas sim de construções sociais e históricas a partir de uma base material.

Finalizando, gostaríamos de afirmar que na condição de professores/pesquisadores tivemos a possibilidade de conviver com alunas/os com ânsia de saber, com compromisso acadêmico, que com certeza assumirão com firmeza o projeto ético-político do Serviço Social.

A experiência vivenciada e compartilhada com as/os alunas/os pesquisadoras/os do Grupo de Estudo e Pesquisa Trabalho, Gênero e Violência Doméstica e Familiar⁶, constituem um momento de trocas e de descobrimentos contínuos seja através das leituras dos clássicos e de autores diversos seja através do conhecimento tácito, que vai descortinando continuamente um novo homem e uma nova mulher na compreensão e orientação do grande educador Antonio Gramsci.

Destacamos ainda, que esta vivência consolida o compromisso com uma nova perspectiva social e com uma educação libertadora. Evidenciamos a fala de Rubem Alves (1995) que em seu livro intitulado “Conversas com quem gosta de ensinar”, nos presenteia com uma importante analogia. Ele compara os educadores como as velhas árvores. “Eles “possuem uma face, um nome, uma “estória” a ser contada, habitam um mundo em que o que vale é a relação que os liga aos alunos, sendo que cada aluno é uma “entidade”, sui generis, portador de um nome, também de uma “estória”, sofrendo tristezas e alimentando esperanças.” O autor, ao referir-se às velhas árvores e aos

⁵A primeira linha de pesquisa é coordenada pela professora Elza Maria Campos e a segunda linha de pesquisa é coordenada pelo professor Emerson Luiz Peres.

⁶O grupo de estudo e pesquisa conta com a participação de professores e acadêmicos do curso de Serviço Social e de Psicologia e militantes do movimento feminista e de mulheres de Curitiba – Paraná. Integram o Grupo de Pesquisa Trabalho, Gênero e Violência Doméstica e Familiar: os/as professores/as do Curso de Serviço Social da Unibrasil: Emerson Luiz Perez, Elza Maria Campos, Mirian Jorge, Raquel Barcelos, Larissa Marsolik Tissot, Terezinha Maffioletti, as Assistentes Sociais Edna Gomes Ferreira, Ana Paula Gonçalves, Marlene Pery Biss e os/as acadêmicos: Suzan Brepohl, Luana S. A. Nogueira, Andréia R. Vieira, Mariangela Dias, Juliana Arruda, Queila da Luz, Carla C. de Macedo, Melânia Scheuer, Sandra Eleuterio Portes, Flávia Durães, Wellington Virgovino, Edemilson Pacheco e Vivianne Werner Shtorache, Andréia Renata Vieira, Douglas Margas Cima, Glacielli Thaiz Souza de Oliveira, Kátia Carline Rodeski Schmeing, Marcela Nadine Benatto, Glacielli Souza e Viviane Pereira

educadores, compara a árvore jequitibá e o eucalipto, sendo que a primeira se coloca no mundo com força, têm uma personalidade, a segunda se liga ao mundo das finanças, pode ser substituída facilmente. Penso que a convivência no grupo de estudo e pesquisa fortalece a idéia deste mestre da educação brasileira, e nos aproxima ao jequitibá.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Rubem. Conversas com quem gosta de ensinar. São Paulo: Cortez, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho ? 4. ed. São Paulo : Cortez, 1997.
- BRASIL. II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2008. 204 p.
- JINKINGS, N. O mister de fazer dinheiro. Automatização e subjetividade no trabalho bancário.1. ed. São Paulo : Boitempo, 1995.
- LINS, RM. A cama na varanda: arejando nossas idéias a respeito do amor e sexo. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- LISBOA, T.K.; PINHEIRO, E.P. A Intervenção do Serviço Social junto à questão da violência contra a mulher. *Katálysis*. V.8 n.2 jl./dez. 2005 Florianópolis SC 1999-210.
- LOURO, G. Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, M. J. M; MEYER, D.E.; WALDOW, V.R. (Orgs.). *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996
- MATOS, Maria Izilda Santos de. Gênero e História: Percursos e Possibilidades, In: SCHPUN, Mônica Raisa (Org.). *Gênero sem fronteiras*. Florianópolis, Mulheres, 1997. p. 73.
- MARX, K. O Capital. L. 1, V. 1 -. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, s/d.
- MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã. 9.ed. São Paulo : Hucitec, 1993.
- SAFFIOTI, H.I.B. Violência estrutural e de gênero: Mulher gosta de apanhar? Programa de Prevenção Assistência e combate à violência contra a Mulher. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, 2003.
- SCOTT, J. O enigma da igualdade. *Rev de Est feministas*. Florianópolis, 13(1):11-30 Janeiro-abril 2005.
- SCOTT, J. Gênero uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*. Porto Alegre, 16(2): 5-22 jul/dez. 1990.
- STREY, Marlene Neves (Org) *Mulher estudo de gênero*. In: _____. *Mulher: gênero e representação*. São Leopoldo: Unisinos, 1997. p. 79.
- VALADARES, L. A. A Controvérsia Feminismo x Marxismo. In: *Revista Princípios*, São Paulo: Anita Garibaldi, n° 18, junho a agosto de 1990.